

A CULTURA DO HUMANISMO: CONSTRUÇÃO E RECONSTRUÇÃO

Virgínia Maria Trindade Valadares¹

Resumo

Este artigo é fruto de palestra proferida em comemoração aos 70 anos de fundação do Instituto de Ciências Humanas da PUC Minas, ICH. A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santa Maria, que deu origem ao Instituto de Ciências Humanas, foi criada pela Congregação do Rosário para educar, nos princípios cristãos, as moças da elite mineira. O humanismo, com sua base no século XVI, que dá ênfase e credita valor à condição do humano, teve, na sua doutrina, a base da criação do ICH. No momento em que vivemos a sociedade, em uma clara inversão dos valores humanistas, se torna mecanizada e individualista, e as Ciências Humanas entram em crise de forma globalizada. Neste sentido, há que repensá-la, há que propor a sua reconstrução embasada nos valores éticos e humanos, para se possa criar um mundo mais afetivo, mais justo e verdadeiro.

Palavras-chave: Humanismo; Educação; Ensino; Reconstrução; Crise.

Não pretendo, aqui, fazer uma conferência magna², mesmo porque, se tal o fosse, não seria possível um debatedor, que é inclusive prata da casa e nem seria eu a professora indicada para fazê-lo, na medida em que ainda trabalham nesta Universidade pessoas que deram um contributo importante para que o ICH, teimosamente, continuasse a existir, como os professores Audemaro Taranto Goulart, Oscar Vieira da Silva e Caio César Boschi, entre outros. Ao citar tais nomes, os referendos em nome de todos os outros que já aqui não estão, ou porque partiram deste mundo, ou porque já não trabalham mais na PUC, em função de terem se aposentado, depois de longos anos de suor derramado para que o ICH continuasse a existir, cumprindo o seu dever social. Neste caso, não poderia me esquecer do nome das professoras, Elizabeth Parreiras, Maria Mascarenhas de

¹ Professora Adjunta IV, do Departamento de História, da PUC Minas. Doutora em História dos Descobrimientos e da Expansão Marítima Portuguesa, pela Universidade de Lisboa. Pós-doutora pela Universidade Nova de Lisboa, Portugal. Pesquisa financiada pela Fundação para Ciência e Tecnologia (FCT) com sede em Lisboa, Portugal.

² Agradeço a diretora do Instituto de Ciências Humanas (ICH), Professora Carla Ferretti e ao Professor Edison Gomes, Coordenador e Chefe do Departamento de História e, através da sua pessoa, agradeço a todos os demais chefes e coordenadores dos departamentos que compõem o ICH, pelo convite para proferir esta palestra no momento em que o instituto completa 70 anos de existência.

Andrade, Gislaine Maria de Carvalho, Maria Salete Chaves, Solange Bicalho, Liana Maria Reis e Mercedes Petres. Esta, inclusive, foi elemento fundador do Departamento de História, criado no dia 20 de junho de 1970, às 9 horas, na sala 501 da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santa Maria (FFCLSM), na época, dirigida pelo Padre Orlando Oliveira Vilela e com sua sede na Praça da Liberdade.

Faço, no entanto, questão de frisar, como professora desta casa que, ao citar tais nomes, apenas o faço por justiça e para referendar vários outros nomes que foram fundamentais para a existência e manutenção do ICH, durante os seus 70 anos. Sei também que, como humanos, nem sempre agradamos a todos, que cometemos falhas, que discordamos uns dos outros e que muitos dentre nós podemos até nos perguntar: fulano fez muito mais do que beltrano e o nome dele sequer foi citado? A minha intenção, porém, é homenagear a todos que lutaram e trabalharam, seja por idealismo ou até mesmo por vaidade, para que o ICH, que hoje aí está não morresse e, até mesmo em alguns momentos, como falarei mais tarde, trabalharam sem receber salário ou com o mesmo atrasado, em até três meses. Assim sendo, agradeço a todos, pela hoje maturidade do ICH que, quer no passado, quer no dia presente, continuam acreditando e dando vida a esse Instituto, o qual desejo ainda muita longevidade.

Ao pensar no setuagenário do Instituto de Ciências Humanas, gostaria de refletir sobre o humanismo. Sobre o que se é humano, numa perspectiva mais ampla em que os homens aprenderam em muitos aspectos, a dominar as forças selvagens da natureza, mas ainda têm dificuldade em domar as forças indômitas de si mesmos.

Sabemos que, historicamente, o homem sempre viveu em guerra, mesmo nos momentos em que buscava a paz. A ideia central do que chamamos Humanismo se dá entre os séculos XIII e XVI, época em que os homens estabeleceram relações com o mundo exterior, seja através das guerras que impulsionavam invenções e projetos, ou mesmo, em função do desejo de dominar a natureza e o mundo não conhecido, exercitando o uso da observação da natureza, do universo e da razão. Esse interesse do homem do Renascimento foi possível graças à invenção da imprensa, que permitiu a divulgação das obras greco-romanas, de antigos e novos saberes e, ainda, do encontro com novos lugares e

sistemas de vida não conhecidos pelos europeus, antes da navegação pelos oceanos, e que possibilitou a expansão da Europa para as Américas, Extremo Oriente e África.

Diante de todas as mudanças que marcaram o declínio do modelo medieval para a construção do mundo moderno, está a valorização do homem, considerado a mais importante criatura de Deus, uma vez que, através da razão, podia explicar muitas coisas, e pela inteligência e perspicácia, inventar e esclarecer tantas outras. Este homem, cujo maior atributo é a razão, valoriza também o seu tempo terrestre em contraposição a interpretação da Igreja, para a qual o tempo do homem era frágil e efêmero diante da eternidade divina.

Enfim, o homem renascentista humanista valorizava todas as suas potencialidades, inclusive as suas próprias experiências, sendo estas, um complemento da razão e, por meio dela “o homem podia inventar, conhecer e tornar-se distinto dos animais.” (ELIAS, 1991, p.23).

De acordo com Teresa Van Acker, os homens do Renascimento após recuperar

[...] os livros que continham a tradição de um saber clássico, greco-latino, revalorizado o uso da razão e da experiência [...] estavam de posse do instrumento que efetivamente lhes permitiu modificar as condições de vida da Europa. Esse instrumento foi a crítica [...] (VAN ACKER, 1992, p.6).

A crítica humanista era o caminho de abertura a novas possibilidades e o que leva ao exame de todas as verdades estabelecidas, desde os textos da Antiguidade Clássica até os documentos usados para provar verdades históricas. No entanto, a crítica pela crítica não era suficiente. Era necessário que os inconformados estudassem profundamente a história clássica e as línguas nas quais os documentos eram originalmente produzidos para, depois, fazer valer as suas opiniões. Ainda parafraseando Acker diria que “Não eram apenas as ideias ou costumes dos tempos antigos que serviam de objetos as críticas; as ideias e costumes que iam se estabelecendo eram, por vezes, contrários ao pensamento humanista, o que gerava um debate crítico” (VAN ACKER, 1992, p.30).

Essa crítica, que se apoiava nas vivências de homens de outras épocas, afrontava os valores humanistas, mesmo que estes também considerassem e

respeitassem os valores da Antiguidade. O resultado dessa crítica aguerrida feita pelos humanistas foi o debate e a discussão em torno de posições já engessadas como verdadeiras e que, graças ao confronto das mesmas, foram revolucionadas, como por exemplo, a questão da esfericidade da terra.

Utilizando os argumentos de Lactâncio, sábio do século III, renomado na Idade Média, Copérnico, astrônomo humanista, que aliando a sua inquietação crítica à razão e às suas experiências e estudo da matemática, discute a opinião e os argumentos de Lactâncio, transformando um conhecimento calcificado numa nova visão do mundo e do universo.

Copérnico, no entanto, agradece a todos que vieram antes dele, pois através dos seus ensinamentos pode abrir novos caminhos. Lamenta, porém, o fato de os filósofos não terem conhecimento firme de nenhuma explicação da máquina do mundo. Temia pelas consequências que poderia ter sua obra, que descrevia os movimentos do Universo e da terra, com base na esfericidade desta. Para se livrar da perseguição que adviria da Contra Reforma, dedica a sua obra *Orbes Celestes*, ao então papa Paulo III. Diz a dedicatória da sua obra:

[...] resolvi dedicar a Vossa Santidade, de preferência a qualquer outrem, as minhas elucubrações [...] a fim de que com a Vossa e o vosso julgamento possais facilmente reprimir as mordeduras dos caluniadores, embora o provérbio diga que não há remédio para as mordeduras dos impostores. E se, por acaso, houver vozes loucas, que apesar de ignorarem totalmente as Matemáticas se permitam, mesmo assim, um julgamento a cerca destas elucubrações e ousem censurar, atacando o meu trabalho a pretexto de alguma passagem das Escrituras malevolamente distorcida em vista ao meu propósito, eu não lhes dou importância. [...] De fato, não é desconhecido que Lactâncio, célebre escritor, aliás, mas fraco matemático, fala da forma da Terra de uma maneira perfeitamente infantil quando zomba dos que proclamam que a Terra tem a forma de um globo. (COPÉRNICO, 1984, pp. 10-11).

Os humanistas alcançaram quase todos os seus objetivos seja nas ciências, seja no desenvolvimento das suas próprias capacidades, porém não conseguiram realizar o sonho de poder fabricar qualquer coisa que existisse na natureza, igualando-se, desta forma, a Deus.

Nesse sentido, me remontarei a Montaigne, filósofo humanista francês do século XVI, quando escreveu nos seus Ensaios:

O desejo do conhecimento é o mais natural. Experimentamos todos os meios suscetíveis de satisfazê-lo, e quando a razão não basta, apelamos para experiência. [...] O que encontramos nas coisas mais semelhantes é a diversidade, a variedade. [...] Não pensava que a interpretação deixa uma grande margem para uma inteira liberdade de pensamento. Engana-se quem imaginar acabar com nossas discussões citando um trecho preciso da Bíblia; nosso espírito descobre tantas razões para criticar a interpretação alheia quanto para defender a nossa, e tanto comentar como inventar prestam-se às mais acebas discussões. [...] Não é a arte da medicina tão absurda que não encontraremos em nós alguma razão para fazer o que queremos; muda segundo o clima e as fases da lua. Se vosso médico vos proíbe de beber vinho ou comer tal prato, indicar-vos-ei outro de opinião contrária; [...] Saber lealmente gozar do próprio ser, eis a perfeição absoluta e divina. Nós só desejamos condições diferentes das nossas porque não sabemos tirar partido daquela em que nos achamos. Saímos de nós mesmos porque ignoramos o que nos compete fazer. Embora usemos pernas de pau, temos de mexer as do corpo para andar, e é com o traseiro que nos sentamos no mais alto trono do mundo. (MONTAIGNE, 1987, p.15).

Ainda nesta mesma direção da razão humanista, quero citar um pequeno trecho escrito por Erasmo de Roterdã, considerado o pai do humanismo:

No presente o homem se faz através da posse da razão. Se as árvores e bestas selvagens crescem, os homens, creia-me, moldam-se. Os que antigamente viviam em bosques, guiados pelas meras necessidades e desejos naturais, sem leis que os dirigissem e organizassem em comunidades, estavam mais próximos dos animais selvagens do que dos homens. Pois, pode-se demonstrar que não existe animal mais selvagem ou perigoso do que um homem que sempre atue por ambição, desejo, ira, inveja, ou mau gênio. Donde se pode concluir que aquele que não permite que seu filho seja instruído de forma conveniente, não é homem, nem filho de homem. [...] A natureza, ao dar-vos um filho, vos presenteia com uma criatura rude, sem forma, a qual deveis moldar para que se converta em um homem de verdade. Se este ser moldado se descuidar, continuareis tendo um animal; se, ao contrário, ele se realiza com sabedoria, eu poderia quase dizer que resultaria em um ser semelhante a Deus. (ROTerdã, pp.190-191).

Assim posto, fica claro que as ciências trouxeram a “verdade” acerca da natureza, e a partir desta suposta verdade os homens eliminaram tanto o medo de uma natureza demoníaca como, ao mesmo tempo, desacreditaram na idealização de uma Mãe Natureza.

Penso que o mais importante para o homem é o próprio homem, pois apenas desse podemos esperar dedicação, aquecimento dos sentimentos e ajuda nas nossas

grandes e pequenas dificuldades. Vemos hoje, neste mundo nu e frio, tomado pela tecnologia e burocratas, uma humanidade ávida de saber e buscando a alegria e sentido para a vida. No entanto, paradoxalmente, o homem hoje se tornou uma ameaça para si mesmo, na medida em que somos guiados pelos desejos e fantasias de um mundo real que já não existe, e nos tornamos incapazes de usar a razão para modificá-lo. Existe, portanto, um mundo para ser reconstruído. Mas, para fazê-lo, já não resolve mais utopias que ultrapassam o nosso tempo, por isso, defasadas e, nem criarmos o “complexo de Prometeu” (ELIAS, 1985, p.26), para usar o termo dado por Norbert Elias em seu livro **A Condição Humana**. Prometeu roubou o fogo aos deuses e o confiou aos homens. Tal atitude fez com que ele fosse punido pelo Deus maior, sendo agrilhado a um rochedo, e uma águia devorava-lhe aos poucos e todos os dias as suas entranhas.

A atitude dos homens hodiernamente não se enquadra no fazer “Prometeu”, seja por fobia do “Deus supremo”, seja pela insistência individualista determinada para realização dos seus desejos pessoais ou porque, ainda, não souberam dar à máquina o lugar que ela tem na vida do homem e a substituíram levemente pelos afetos e crença que só um homem que sabe a capacidade que tem e valoriza o saber, seria capaz de fazê-lo.

Este, salvo melhor juízo, é o tempo em que vivemos. E é exatamente neste tempo, que comemoramos 70 anos do ICH. O momento histórico que agora vivemos não é o mesmo, nem seus sujeitos são os mesmos. Porque então tanto diálogo com o humanismo? Porque pensar na sua reconstrução? Para responder tais questões voltarei no tempo, para relatar a história da fundação da Faculdade de Ciências e Letras Santa Maria, hoje denominado Instituto de Ciências Humanas, ICH.

Como vimos, o humanismo tinha a sua base centrada no homem e na sua capacidade criadora, Entendo que foi com este espírito que, em 11 de maio de 1938, constituiu-se uma comissão especial para fundar uma Faculdade que tivesse por finalidade atender aos “princípios cristãos, mais intimamente atender à índole e às tradições religiosas do nosso povo”.³

Antes da existência da faculdade de Filosofia Santa Maria, existia o Colégio Santa Maria, criado e mantido pela Sociedade do Santo Rosário que, desde agosto de 1904, era dirigido por religiosas dominicanas, “ministrando em cursos primário e

³ PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. **Revista do Centro de Ciências Humanas**. Belo Horizonte: PUC Minas, 1987, p.18.

secundário, instrução nesta capital, resolveu, no desejo de melhor e mais eficientemente servir à causa da instrução em nosso Estado, ampliar as suas atividades, criando de acordo com a lei e com as suas capacidades financeiras, vários cursos de Instrução Superior”⁴.

Neste sentido, a Sociedade do Santo Rosário, atendendo o decreto nº 421, de 11 de maio de 1938, cuidou de coligir o material necessário para erguer um estabelecimento de ensino superior “capaz de integral funcionamento sob o ponto de vista pedagógico e higiênico e colimar assim às suas grandes e elevadas finalidades”.⁵

Com uma vultosa documentação em mãos, requereu a dita Sociedade o pedido de autorização para funcionamento da FFCLSM, com sede em Belo Horizonte e mantida com os recursos financeiros da peticionaria, que tinha personalidade Jurídica.

Após tal petição, o processo transitou pelo Conselho Nacional de Educação, o qual indeferiu o pedido com a seguinte alegação: “Por não estar satisfatoriamente provada a capacidade financeira da Sociedade requerente e pela não demonstração da capacidade técnica do corpo docente”⁶.

Esta conclusão ficou pendente entre o período de junho a outubro de 1942. Neste intervalo, a Sociedade ofereceu à Comissão de Ensino Superior, novos dados e elementos, que resultou no deferimento da autorização solicitada, uma vez que:

Por esses novos elementos verificava-se que o ativo da Sociedade montava a 2.208.145,00 (dois milhões, duzentos e oitenta mil, cento e quarenta e cinco cruzeiros, em grande parte representado por bens e imóveis e que a renda anual da Sociedade é de pouco mais de 400.000,00 (quatrocentos mil cruzeiros).⁷

No que diz respeito ao professorado, os novos elementos apresentados também satisfaziam às exigências legais.

⁴ ARQUIVO DO CENTRO DE MEMÓRIA DA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. **Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santa Maria**. Relatório, Caixa 47, 1943.

⁵ ARQUIVO DO CENTRO DE MEMÓRIA DA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. **Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santa Maria**. Relatório, Caixa 47, 1943.

⁶ ARQUIVO DO CENTRO DE MEMÓRIA DA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. **Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santa Maria**. Relatório, Caixa 47, 1943.

⁷ ARQUIVO DO CENTRO DE MEMÓRIA DA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. **Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santa Maria**. Relatório, Caixa 47, 1943.

Com o deferimento da Comissão Superior de Ensino, foi autorizado o funcionamento dos Cursos de Filosofia, Geografia e História, Letras Clássicas, Letras Neolatinas e Pedagogia, da FFCLSM, com sede em Belo Horizonte e mantida pela Sociedade do Santo Rosário. Assim, escoimado de toda e qualquer irregularidade e rigorosamente de acordo com o decreto nº 421, o funcionamento da Faculdade é autorizado pelo Exmo. Senhor Presidente da República, por meio do decreto nº 11.210, de 4 de janeiro de 1943.

Vale ressaltar que o processo de criação da Faculdade, entre o pedido da criação e o seu deferimento, tramitou por um período de 05 anos, na burocracia da educação do Estado Novo de Getúlio Vargas, cujo Ministério da Educação era dirigido pelo então Ministro Gustavo Capanema.

A Biblioteca da recém-criada FFCLSM possuía 2000 volumes, devidamente organizados e catalogados, em sua maioria, encadernados ou cartonados, distribuídos por assunto e obedecendo a utilidade dos diversos cursos da Faculdade. Eram volumes de obras científicas, pedagógicas, literárias e de cultura geral. Percebe-se, porém, que a Sociedade necessitava ampliar seu patrimônio bibliográfico com a aquisição de novos livros nacionais e estrangeiros o que, naquele momento, se via impossibilitada em função do mundo encontrar-se na Segunda Guerra Mundial.

O corpo docente, inicialmente, era formado por oito catedráticos de Escolas Superiores, dezessete com curso superior e sete que, apesar de não possuir curso superior, apresentaram título de magistério e obras publicadas. Pesquisando o curriculum de cada um destes professores, observei que, na sua maioria, eram formados em Direito e que a sua admissão era feita por indicação e análise curricular.

No que diz respeito ao corpo discente, era formado por moças de boa família, abonadas economicamente e por religiosas, sendo ofertadas 35 vagas, no máximo, para cada curso. As primeiras turmas foram formadas com 29 alunas, selecionadas pelo exame de vestibular.

A vida escolar de cada aluna era composta de uma ficha individual com todos os esclarecimentos necessário e a sua matrícula só era efetivada se apresentasse os seguintes atestados: certidão de conclusão do curso secundário; C.I.; atestado de

sanidade física e mental; atestado de vacina contra varíola; atestado de idoneidade moral; certidão comprobatória da idade mínima de 18 anos; comprovante do pagamento da taxa de matrícula e dois retratos. Toda essa documentação deveria ter firma reconhecida e autenticada.

No que tange aos estatutos, fica claro que, a função da Faculdade de Filosofia era dar educação às moças, que é o fim principal da sociedade objetivando sempre “um fim caridoso e humanitário e não comercial”.⁸

Através da documentação consultada, tais como os livros da sociedade, seus relatórios e balancetes, fica evidente que a FFCLSM, já iniciou os seus cursos com déficits financeiros que, naquele momento, poderiam prejudicar o bom funcionamento da Faculdade. Entretanto, isto não se verificou porque a Sociedade do Rosário absteve-se dos lucros materiais para atingir sua finalidade primeira, que era orientar e nortear pelas diretrizes cristãs os conhecimentos culturais e morais dos seus integrantes.

Até 1947, a Sociedade do Rosário foi mantendo sempre com dificuldades financeiras a FFCLSM. Neste momento, essa Faculdade que já demonstrava amadurecimento intelectual e participava da vida cultural de Belo Horizonte. Foi capaz de realizar o projeto de D. Cabral, que era a constituição de uma Universidade Católica.

No ano de 1948, já objetivando a criação da UCMG, foi criada a Sociedade Mineira de Cultura e, vários contatos foram estabelecidos entre D. Cabral e a direção da Faculdade Santa Maria. Aos 09 de fevereiro de 1949, a Sociedade do Rosário, representada por sua presidente, Sra. Maria da Glória Olynto, transfere a administração da Faculdade Santa Maria para a Sociedade Mineira de Cultura, sendo essa representada por D. Antônio dos Santos Cabral, para fins de incorporação à futura UCMG. O contrato foi constituído de 13 cláusulas entre elas: A Sociedade do Rosário entregava à Sociedade Mineira de Cultura a FFCLSM, “inteiramente desonerada de dívidas”; o patrimônio imóvel da Sociedade do Rosário continuava pertencendo a esta, cabendo a Sociedade Mineira de Cultura criar o seu próprio patrimônio, no período de 10 anos, mas, entretanto, a Sociedade do Rosário poderia dar em garantia o seu patrimônio para SMC, caso esta necessitasse de

⁸ ARQUIVO DO CENTRO DE MEMÓRIA DA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. **Faculdade de Filosofia Ciências e Letras Santa Maria**. Relatório, Caixa 47, 1943.

empréstimos para conservação e melhorias patrimoniais. As duas partes concordaram ainda, que seria mantida a cátedra dos atuais professores da Faculdade Santa Maria e que as alunas diplomadas por esta seriam preferidas, em igualdade de condições, para os cargos de professores assistentes da Faculdade, além de garantir gratuidade a qualquer dos cursos para as religiosas dominicanas da Congregação do Santo Rosário.

A partir de então, a FFCLSM saiu do Colégio Santa Maria para a Praça da Liberdade, nº 317, no prédio conhecido como Palacete Dantas, que foi alugado pela SMC.

De acordo com Juliana Maria do Nascimento Passos, (de doce memória e também fundadora do Departamento de História), no seu artigo da Revista de Ciências Humanas, o **Diário Católico** do dia 19 de março de 1949, trouxe como manchete “Iniciaram-se as atividades da Universidade Católica de Minas Gerais.”⁹

Ainda seguindo os seus dizeres, Juliana nos relata um pequeno trecho do discurso proferido pelo Padre Orlando Machado, diretor da “nova” Faculdade de Filosofia em que o mesmo afirmava:

[...] o essencial é aprimorar a personalidade de maneira que se faça ver o homem como um ser tão essencialmente uno, que impossível será dividi-lo sem a sua própria destruição. A Universidade procura a cultura da pessoa, a síntese do saber e da arte informados pela moral.¹⁰

A década de 1950 inicia-se com a criação de novos cursos, inclusive com o de Extensão Universitária, com a publicação da revista **O Diálogo**, pelos alunos, e com a Igreja sob o pontificado de Leão XIII, assumindo, através da *Rerum Novarum*, uma posição face à Questão Social. Ainda, parafraseando Juliana,

Busca-se, através da visão aristotélica-tomista, a filosofia capaz de vencer a angústia e a incerteza do homem contemporâneo [...] abandona-se a atitude negativista e condenatória diante da realidade contemporânea e busca-se a consideração da pessoa humana no

⁹ PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. **Revista do Centro de Ciências Humanas**. Belo Horizonte: PUC Minas, 1987, p.21.

¹⁰ PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. **Revista do Centro de Ciências Humanas**. Belo Horizonte: PUC Minas, 1987, p.77.

seu ser, no seu agir, no seu parecer, no seu existir, enquanto situada no mistério do mundo.¹¹

Como prática desse ideal, adotam-se em todos os cursos da SMC duas cadeiras básicas, quais sejam, Iniciação Filosófica e Cultura Religiosa.

No entanto, essa é também a década em que a Faculdade apresentou a sua maior crise financeira. Em 1953, o quadro em termos de alunado era constrangedor. De acordo com Passos, apresentaram-se, ao concurso de vestibular, três candidatos para Geografia e História, nove para letras Neolatinas, três para Letras Anglo-Germânicas e para Letras Clássicas, dois para Pedagogia e dois para Matemática.

A situação financeira da Escola assumia o seu ponto mais crítico em função do processo de déficit permanente que se acumulava ao longo dos anos. Diante do reduzido número de alunos que representava ainda mais um ônus para a Instituição, cogitou-se o fechamento dos cursos, maior propaganda com positividade da Faculdade e até mesmo que os professores trabalhassem gratuitamente. Paralelo a esta situação financeira, desde 1949, foi aprovada uma disposição legal que determinava o pagamento do repouso semanal dos professores. A faculdade não tinha orçamento para cumprir com a lei e os professores renunciaram a este direito durante três anos. Além disso, trabalhavam com uma remuneração simbólica de 73,00 cruzeiros a hora aula (inferior até mesmo o que recebia o professor primário) e, mesmo neste valor, ainda tinham atraso de três meses no seu pagamento.

Se a década de 1950 representou a pobreza material da faculdade, esta contrastava com a produção intelectual e com a intensidade da vida científica e cultural que nela se desenvolvia, congregando, entre os seus professores, pessoas de renome no círculo de intelectuais como Amaro Xisto de Queiroz, Moacyr Laterza, Camilo de Oliveira Torres, Orlando Vilela, Edgar da Mata Machado, Beatriz Alvarenga, entre outros, e colaboradores do **Diário Católico**.

Apesar de todos os esforços e cooperação dos professores aliada a uma grande propaganda, a situação financeira da Faculdade só apresenta sinais de melhora na década de 1960. Em fins dessa, o governo paga os subsídios devidos a SMC, sendo possível saldar as suas dívidas.

¹¹ PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. **Revista do Centro de Ciências Humanas**. Belo Horizonte: PUC Minas, 1987, p.79.

Em 1962 o MEC decreta a reforma universitária e, a partir de 1963, os cursos da Faculdade de Filosofia passaram a ter duração de quatro anos e a funcionar com os cursos de Filosofia, Pedagogia, Letras, Geografia e História, e a conceder, no final do curso, os graus de bacharel e licenciado. Foram extintos os cursos de Letras Neolatinas, Letras anglo-Germânicas, Letras Clássicas e Didática e, por falta de alunos, os cursos de Matemática e Ciências Sociais.

Tal reforma foi aos poucos sendo aplicada na Faculdade. Consultando a ata da fundação do Departamento de História, constatei que o mesmo foi fundado a 20 de junho de 1970, quando a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santa Maria passa a denominar Faculdade de Ciências Humanas e ainda funcionava na Praça da Liberdade, sob a direção de Pe. Orlando de Oliveira Vilela. A eleição para escolha do primeiro chefe do departamento foi feita por escrutínio para compor uma lista tríplice. Foi eleito João Virgílio Sifuentes Costa, com 10 votos, e este foi escolhido pelo então Reitor para chefiar o Departamento. Os outros que fizeram parte da lista tríplice foram: Joaquim Novas Camargos, com nove votos e Amaro Xisto de Queiroz, com 07 votos¹². Ao ler a ata da fundação do Departamento de História, tive duas surpresas: a primeira, de alegria, ao ver as letras e assinaturas de professores que com eles trabalhei e dos quais tenho saudades e afetos, como Maria Mercedes Mudado Silva, Mário Carlos Soares de Moura, Mozard Obreira Bezerra, Juliana Maria do Nascimento Passos, Maria Clara Galupo Vianna, entre outros. Por outro lado, tive também a surpresa de ler o nome de dois coronéis do Exército, como João Geraldo Carneiro e Álvaro Guadalupo Montezuma.

A ata foi escrita por Geraldo Olinto Pereira, que serviu de secretário no dia 20 de junho de 1970. Neste ano, era presidente do Brasil Emílio Garrastazu Médici, sendo este o período, no qual a ditadura militar fez mais estragos aos seus oponentes. Após a leitura de tantos documentos, me ficou a ideia de que, se por um lado a Faculdade de Filosofia ajudou a muitos dos perseguidos pelo governo militar, por outro ela também representou o centro da direita reacionária.

No final do ano de 1969, outra reforma de ensino é apresentada pelo governo militar. Trata-se da LDB 5692 a qual, dentre outras mudanças, criou a disciplina de Educação de Problemas Brasileiros (EPB), obrigatória em todos os cursos da

¹² ARQUIVO DO CENTRO DE MEMÓRIA DA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. **Faculdade de Filosofia Ciências e Letras Santa Maria**. Relatório, Caixa 47, 1943.

Universidade e extinguiu as Faculdades e Institutos ligados às Universidades, formando Centros por área, como por exemplo, Centro de Ciências humanas, Centro de Estatísticas e Tecnológicas, Centro de Ciências Biológicas e da Saúde etc. Esses centros perdiam sua autonomia administrativa, ficando submetidos à tutela das reitorias. Além dessas transformações, os cursos tornam-se semestrais e foram criados os ciclos básicos que congregavam alunos de vários cursos afins, objetivando recuperar as insuficiências verificadas no vestibular, assim como orientar para a escolha de carreira e realizar estudos básicos para os ciclos posteriores. Ainda nesta década e, neste ano de 1970, a Faculdade de Ciências Humanas passou por profundas mudanças, inclusive (a união da História e Geografia no chamado Estudos Sociais, com duração de três anos) espacial, pois os cursos saíram do Edifício D. Cabral, na Praça da Liberdade, para o campus do Coração Eucarístico.

Nesse contexto chegamos ao século XXI. Passaram-se as décadas de 1980 e 1990, e chegamos ao ano 2000. O mundo não acabou como dizia a profecia, tampouco acabou o ICH.

No entanto, as mudanças no final do século XX para este terceiro milênio são vertiginosas, especialmente para nós, que lidamos com as Ciências Humanas.

Na medida em que fui lendo a documentação, em determinados momentos, eu pensava: todas as dificuldades que hoje estamos passando no ICH, todas as reflexões que estamos fazendo em função dos seus 70 anos, não são novas. Os que nos antecederam tiveram problemas semelhantes e pensaram em como resolvê-los usando a razão, que é a base do humanismo. No entanto, a diferença reside em que hoje, como já dito, a história não é a mesma, os agentes sociais não são os mesmos, a mentalidade não é a mesma e a administração também já não é mais a mesma, e nem poderia ser. São outros tempos e outras temporalidades. O tempo avança sobre nós em alta velocidade como um avião supersônico. Não nos dão chances para pensar como os humanistas pensavam no XV e XVI. Não há chance para errar e, por isso mesmo, a humanidade erra tanto! E daí? O que fazer com a tal economia de mercado? O que fazer quando o mercado fica irritado mais que o gigante Adamastor descrito, por Camões, nos Lusíadas? O mercado não é homem, mas é povoado por homens. Neste momento, já não vale mais a pena

pensar como as dominicanas da Congregação do Rosário, para as quais a formação moral e cultural era mais importante do que o lucro mercantil.

Reporto-me agora à pesquisa feita em 2010, pela professora Liana Maria Reis, que resultou num texto intitulado “Ciências Humanas uma trajetória histórica: Das origens aos 50 anos da PUC Minas”. Neste trabalho, ela entrevista o professor Audemaro Taranto, que foi, durante anos, diretor do ICH. Ele disse o seguinte:

[...] como qualquer outro professor das Ciências Humanas, a gente tá vivendo um momento de muita apreensão [...]. Com esses números tão assustadores de demanda nos nossos vestibulares. [...] Mas a preocupação é esse Instituto. Como vai ser esse Instituto? Esse Instituto representará o quê? Que tipo de resposta ele vai dar a essas questões tão candentes que a gente vê hoje cercando o professor, que são questões sociais que estão aí pululando [...] (REIS, 2010, p.25).

Ainda à sombra da professora Liana Reis, reporto-me à fala do professor José Tarcísio Amorim, também ex-diretor do ICH:

[...] Então como nós somos uma universidade pontifícia e católica, eu retomaria aqui, por metáfora, o primeiro significado da palavra “profeta”, que é aquele que questiona a validade do seu tempo. Então, uma universidade, mesmo submetida e pressionada às leis de mercado, ela deve, eticamente, ser impulsionada para, mesmo que não esteja tendo lucro numa determinada área, e se esta área, ela está sendo atrofiada pela mentalidade pós-moderna, ela continua profeticamente gritando para todos – não é? Que, por favor, não entre nas leis [...] mercenárias, no mercado pura e simplesmente. Sabemos que todos precisamos sobreviver. Mas se é uma sobrevivência baseada apenas do ego que se realiza, deixando de lado, por exemplo, valores fundamentais que são repensados na área de Ciências Humanas, então nós estaríamos sucumbindo alguma coisa ou sendo cúmplices. (REIS, 2010, p.25).

Finalmente lembrarei aqui a entrevista dada à professora Liana Reis pelo também ex-diretor do Instituto, Professor. Pe. Márcio:

[...] a modernidade acreditou no racionalismo. Isso é crença. E a modernidade acreditou que a ciência pode tudo. A ciência tem que refazer seus métodos, reelaborar seus medicamentos, seus antibióticos constantemente. Porque, o chão da vida, se nos escapa. Se nos escapa. Então, o que eu penso é que a humanidade atual, ela precisa acordar, acordar. [...] (REIS, 2010, p.24).

Remontando-me a essas reflexões dos ex-diretores do ICH, me fica a pergunta: Para que vale, numa Universidade, as Ciências Humanas? Penso que vale para a memória, para a crença que ainda podemos reconstruir um mundo onde se não chove mel e pão, pelo menos que também não chova drogas, armas, corrupção, violência e a ausência da Justiça e da verdade.

Termino parafraseando Camilo de Oliveira Torres quando, em 1965, disse a D. Serafim: “Quer dizer que esta mocidade começa a acreditar que a Universidade Católica existe. Tem prédio e tem alma. Esta é a verdade.”¹³. E aí eu digo a vocês que me ouvem: O ICH tem alma e até tem prédio, mas tem, acima de tudo, o orgulho e a teimosia de continuar acreditando que os alunos existem; que a esperança existe; e que os nossos sonhos precisam se desembriagarem para continuar acreditando que só as Ciências Humanas será capaz de, pelos menos, tentar humanizar este mundo que está nu.

FONTES E REFERÊNCIAS

FONTES

Manuscritos

CENTRO DE MEMÓRIA DA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santa Maria. Relatório, Caixa 47, 1943. Lv.1

CENTRO DE MEMÓRIA DA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. Faculdade de Filosofia Ciências e Letras Santa Maria. Relatório, Caixa 47, 1943. Lv 2

REFERÊNCIAS

COPÉRNICO, Nicolau. **A revolução dos orbes celestes**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.

¹³ PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. **Revista do Centro de Ciências Humanas**. Belo Horizonte: PUC Minas, 1987, p.36.

ELIAS, Norbert. **A Condição Humana**. Lisboa: Difel, 1991.

MONTAIGNE, Michel Eyquem de. **Ensaio**. 2ª ed. Brasília/São Paulo: Ed UNB /Hucitec, 1987.

PASSOS, Juliana Maria Nascimento. Faculdade de Filosofia Ciências e Letras Santa Maria. Desde sua origem ao jubileu de prata. In: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. **Revista do Centro de Ciências Humanas**. Ano v, nº 6. Belo Horizonte: PUC Minas, 1987.

REIS, Liana Maria. **Ciências Humanas uma trajetória histórica**: das origens aos 50 anos da PUC Minas. Belo Horizonte: Caderno de Memória Histórica, 2010.

ROTTERDÃ, Erasmo. De pueris statim AC liberaliter instituendis. In: ARTOLA, Miguel. Textos fundamentales para la História. 4ª ed. Madrid, **Revista do Ocidente**, 1975.

VAN ACKER, Maria Teresa Vianna. **Renascimento e Humanismo**: O homem e o mundo europeu do século XIV ao século XVI. São Paulo: Atual Editora, 1992.